

# FMI aprova o câmbio livre

Fundo começará a rever as metas estabelecidas para liberação de empréstimo ao Brasil

Maria Luiza Abbott e Chris Delboni

WASHINGTON

**N**a tarde de ontem em Washington depois de dois dias de intensas negociações, o Fundo Monetário Internacional (FMI) concordou com a proposta do Governo brasileiro e, a partir de hoje, o câmbio passará a funcionar em regime de livre flutuação, mas sofrerá intervenção do Banco Central se as taxas passaram de determinados limites, que não serão anunciados. Segundo um dos negociadores brasileiros, foi difícil convencer o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, que resistia às mudanças. Com o novo regime, segundo o integrante da equipe econômica, acaba a urgência na liberação dos US\$ 9 bilhões que correspondem à segunda parcela do empréstimo do Fundo e de 20 países sob a coordenação do Banco de Compensações Internacionais, o BIS.

— Temos que confiar no mercado — disse o negociador.

Ele explicou que, com a liberdade cambial, o Banco Central não intervirá no mercado para manter a cotação da moeda dentro de limites prefixados como acontecia no regime de bandas cambiais, que vigorou até a última sexta-feira. Dessa forma, segundo esse integrante da equipe, não haverá necessidade de reforçar as reservas brasileiras com a antecipação dos recursos do FMI.

## Metas fiscais e de inflação poderão ser revistas

A equipe econômica brasileira confia que com a liberdade cambial acabará a sangria de dólares. A segunda parcela de recursos do FMI só será liberada depois que a missão técnica do fundo avaliasse o cumprimento das metas prometidas pelo Brasil na carta de intenções. Além disso, os técnicos do Brasil e do Fundo terão que reavaliar todas as metas fiscais e de inflação para este ano.

As conversas entre os representantes do Fundo e do Brasil foram difíceis principalmente pelas dúvidas que a instituição tem sobre a capacidade do Governo de implementar o ajuste fiscal. O vice-diretor-gerente do FMI, Stanley Fischer, também se opunha ao regime de livre flutuação defendido pelos brasileiros, no entanto, cedeu quando constatou que não havia outra alternativa viável.

Ontem o subsecretário do Tesouro americano, Larry Summers, que participou das negociações do Brasil com o FMI, depois de voltar da Alemanha.

Antes de suas conversas com representantes do FMI e do Tesouro americano, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, apostava que receberia apoio em relação às mudanças na economia brasileira. No início da noite de sábado, o ministro das finanças da Alemanha, Oskar Lafontaine, que presidiu o encontro de representantes dos ministérios de finanças dos países do G-7 (as sete nações mais ricas do mundo) em Frankfurt, telefonou para Pedro Malan.

A crise econômica do Brasil tinha si-

do tratado nesse encontro e Lafontaine, segundo a assessoria do ministério da Fazenda do Brasil, disse a Malan que concordava com as últimas medidas adotadas pelo país, manifestando seu apoio.

O FMI e o Tesouro americano tinham reagido mal às mudanças na semana passada, porque o Brasil não tinha solicitado autorização prévia para alterar o regime cambial, segundo a imprensa americana. Malan justificou alargar a banda cambial na quarta-feira, e depois liberar o câmbio na sexta, porque o país não poderia ficar perdendo reservas indefinidamente.

— O FMI e os 20 governos dos países tem interesse no sucesso do programa brasileiro, tanto quanto nós. Eles não tem interesse no fracasso, e entenderão as mudanças — disse Malan antes do encontro com o FMI. Tem um momento que é preciso dizer “chega”. Seria arriscadíssimo liberar o câmbio se não tivéssemos condições de implementar o ajuste fiscal. E não o faríamos se tivéssemos uma avaliação negativa sobre o andamento das votações no Congresso — explicou Malan para justificar as ações de sexta-feira.

## Derrota em votação do ajuste agravou saída de dólares

O ministro Pedro Malan reconheceu que a saída de dólares se agravou desde dezembro por causa das dúvidas em relação ao ajuste fiscal por três motivos: a derrota da Medida Provisória que instituía a cobrança de contribuição previdenciária para os servidores inativos, e aumentava a contribuição paga pelos ativos; o atraso na implementação da cobrança da CPMF com a alíquota de 0,38%, o que provocou perda de receita estimada em R\$ 6,7 bilhões em 99; e a possibilidade de os estados não cumprirem os contratos de renegociação das dívidas.

— O momento é outro. As lideranças chegaram a um acordo e a contribuição previdenciária deve ser votada na próxima semana. As medidas de arrecadação que vão substituir a CPMF foram aprovadas, e no caso do nosso relacionamento com os estados, nossa posição de exigir o cumprimento dos contratos ficou clara — explicou.

A reação dos mercados à liberação do câmbio na última sexta, ajudou a reforçar os argumentos do Governo brasileiro nas negociações com o FMI pela manutenção desse regime a partir de hoje. A taxa de câmbio fechou a R\$ 1,43 o dólar na sexta-feira, indicando que o mercado chegava a um consenso de que a sobrevalorização da moeda brasileira estava abaixo de 20%. Dessa forma, a equipe econômica acredita que o Brasil não repetirá as experiências mal sucedidas de uma desvalorização que fugiu ao controle das autoridades, como aconteceu com o México, Tailândia, Coréia e outros países. ■

• MERCADO ESPERA QUE BC TESTE A NOVA POLÍTICA CAMBIAL, na página 20



MINISTRO DA FAZENDA, Pedro Malan: difícil e longa conversa para convencer Michel Camdessus que liberação era o melhor para o país

Editoria de Arte

## A EVOLUÇÃO DAS RESERVAS BRASILEIRAS

